



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Veirópolis

---

**LEI N.º. 198, DE 12 DE JUNHO DE 2007**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2008 e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIEIRÓPOLIS**

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias gerais do Município de Veirópolis para o exercício financeiro de 2008, compreendendo:

- I – das disposições relativas das receitas municipais;
- II – das disposições relativas dos gastos municipais;
- III – da estrutura e organização do orçamento municipal;
- IV – das diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do Município;
- V – das disposições relativas com a política de pessoal;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal.

**CAPÍTULO II**  
**DAS RECEITAS MUNICIPAIS**

Art. 2º Compõem-se às receitas municipais de:

- I – tributos próprios diretos;
  - II – Provenientes de atividades econômicas e de serviços;
  - III – Transferências constitucionais, legais e voluntárias;
  - IV – empréstimos e financiamentos.
-



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Veirópolis

---

Art. 3º Para estimativa de receita serão considerados os fatores conjunturais, a carga de trabalho para o serviço remunerado e as alterações da legislação tributária.

Art. 4º O Município ficará obrigado a arrecadar todos os impostos e taxas de sua competência, inclusive as receitas originárias dos serviços administrativos do Município, por delegação a instituições públicas ou privadas na forma conveniada.

Art. 5º As receitas provenientes de convênios serão estimadas no orçamento do município, com base nas projeções estabelecidas pelo órgão repassador ou de acordo com documentos apresentados que lhe assegurem a liberação dos recursos.

Art. 6º A receita do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, constituída de acordo com a legislação pertinente, será prevista no orçamento, tendo como base de cálculo o número de alunos do município matriculados no exercício anterior e aprovados pelo Ministério da Educação e Desporto, vezes o valor *per capita* do Estado.

**CAPÍTULO III**  
**DOS GASTOS MUNICIPAIS**

Art. 7º Os gastos municipais são aqueles destinados à realização das atribuições inerentes aos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 8º Para a fixação dos gastos municipais devem ser observados os fatores conjunturais, carga de trabalho, receita do serviço quando este for remunerado e projetado os gastos de pessoal de acordo com a política salarial estabelecida pelo Poder Executivo Municipal, dentro dos limites e restrições legais.

Art. 9º Os gastos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, serão fixados no orçamento municipal de acordo com as regras e critérios técnicos estabelecidos no art. 8º 'caput', observando-se a legislação específica.

Art. 10 Na fixação e aplicação dos recursos de 25% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino é defeso despesas com:

- I - distribuição com merenda escolar;
  - II – assistência a estudantes;
  - III – realização de obras de infra-estrutura na rede escolar;
  - IV – pessoal em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino;
  - V – outras atividades desvinculadas do ensino municipal.
-



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Veirópolis

---

Art. 11 O gestor municipal deverá ser prudente quanto aos gastos do município, aplicando quando necessárias medidas corretivas e apropriadas para evitar desequilíbrios fiscais.

**CAPÍTULO IV**

**Seção I**

**Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal**

Art. 12 Estão contidas no Plano Plurianual para o período de 2006/2009, as seguintes prioridades e ações e serem executadas no exercício de 2008:

**I - legislativa:**

*a)* manutenção dos serviços do poder legislativo;

**II - administração:**

*a)* manutenção e funcionamento das atividades do Gabinete do Prefeito;

*b)* manutenção dos serviços de comunicação institucional;

*c)* manutenção da Procuradoria Jurídica;

*d)* manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento;

*e)* reciclagem de funcionários da administração geral;

*f)* manutenção da Secretaria de Finanças;

*g)* manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

*h)* aquisição de Veículo.

**III – segurança pública:**

*a)* manutenção do plano municipal de segurança pública.

**IV – assistência social:**

*a)* manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

*b)* manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;

*c)* assistência à criança e ao adolescente;

*d)* manutenção do programa de erradicação do trabalho infantil - PETI;

---



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Veirópolis

---

- e)* manutenção do departamento de Assistência e Promoção Social;
- f)* manutenção do programa de atenção integral a família – PAIF;
- g)* doações e ajudas a pessoas carentes do município;
- h)* manutenção do fundo municipal de assistência social;
- i)* assistência ao idoso e a pessoas portadoras de necessidades especiais;
- j)* manutenção e funcionamento da Secretaria de Ação e Assistência Social;
- l)* manutenção do programa agente jovem;
- m)* construção do centro de geração de emprego e renda;
- n)* manutenção do centro de geração de emprego e renda;
- o)* manutenção do programa renda cidadã;
- p)* manutenção do programa – FNAS/IGDBF.

V – previdência social:

- a)* encargos com a previdência social.

VI - saúde:

- a)* manutenção da Secretaria de Saúde;
  - b)* capacitação de pessoal da área de saúde;
  - c)* manutenção do programa de saúde da família - PSF;
  - d)* manutenção do programa de saúde bucal;
  - e)* manutenção do programa de agentes comunitários de saúde - PACS;
  - f)* manutenção dos postos médicos;
  - g)* manutenção da unidade mista de saúde;
  - h)* manutenção do programa de vigilância sanitária;
  - i)* manutenção do programa de vigilância epidemiológica;
-



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Vieirópolis

---

*j)* manutenção dos programas SUS;

*l)* aquisição de veículo ambulância.

VII - educação:

*a)* manutenção e administração da secretaria de educação e cultura;

*b)* capacitação de recursos humanos no ensino fundamental;

*c)* implantação e Manutenção do Programa de Reforço Escolar;

*d)* fornecimento e distribuição de merenda escolar;

*e)* manutenção das atividades do ensino fundamental;

*f)* manutenção das atividades do FUNDEB – 60%;

*g)* manutenção das atividades do FUNDEB – 40%;

*h)* manutenção do programa de educação de jovens e adultos;

*i)* manutenção do ensino infantil;

*j)* manutenção e administração de creches;

*l)* manutenção do PDDE;

*m)* manutenção do transporte escolar;

*n)* distribuição de kit escolar.

VIII - cultura:

*a)* realização de festividades e promoções sociais;

*b)* manutenção das atividades artísticas e culturais;

*c)* construção e instalação do museu histórico municipal;

*d)* manutenção do museu histórico municipal.

IX - urbanismo:

*a)* manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

---



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Veirópolis

---

- b)* manutenção de vias urbanas;
- c)* construção de praças;
- d)* manutenção e administração do cemitério público;
- e)* manutenção dos serviços de ajardinamento;
- f)* manutenção e administração dos serviços telefônicos;
- g)* manutenção dos serviços de limpeza pública;
- i)* pavimentação em paralelepípedos de varias artérias da sede e distritos;
- j)* construção de passagem molhada.

X - habitação:

- a)* construção de habitações populares na sede e distritos do município;

XI - saneamento:

- a)* manutenção e administração dos serviços de abastecimento d'água;
- b)* construção e instalação de poços artesianos com cisternas em comunidades rurais do município;
- c)* construção de esgotos;
- d)* construção de privadas com fossa séptica.

XII – gestão ambiental:

- a)* implantação do programa de arborização com plantas frutíferas no município.

XIII - ciência e tecnologia:

- a)* manutenção dos núcleos de informática.

XIV - agricultura:

- a)* manutenção da Secretaria de Agricultura;
  - b)* assistência aos agricultores e meeiros;
  - c)* manutenção do programa de distribuição de sementes e defensivos agrícolas;
-



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Veirópolis

---

- d) construção de matadouro público municipal;
- e) aquisição de trator com implementos agrícolas;
- f) construção de açudes.

XV - energia:

- a) ampliação da iluminação pública;
- b) manutenção dos serviços de iluminação pública;
- c) expansão do sistema de eletrificação rural.

XVI - transportes:

- a) manutenção das estradas municipais;

XVII - desporto e lazer:

- a) programa permanente de apoio a prática de atividades esportivas de base e lazer nas comunidades rurais e sede do município;
- b) manutenção da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer;
- c) instalação da cobertura do espaço físico da quadra poliesportiva.

XVIII - encargos especiais:

- a) amortização da dívida.

Seção II

Da estrutura e organização do orçamento municipal

Art. 13 O orçamento municipal compreenderá as receitas e despesas da administração, inclusive as provenientes de convênios de modo a expressar as políticas e programas de governo.

Parágrafo único. Farão parte do orçamento municipal os recursos vinculados aos Fundos Especiais, de acordo com a legislação específica.

Art. 14 A previsão da receita e a fixação da despesa no orçamento municipal terão como princípio o equilíbrio de modo a evitar o déficit das contas do Município.

Art. 15 Constará do orçamento municipal reserva de contingência no limite de até 1 % (um) por cento da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2008, com a

---



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Veirópolis

---

finalidade de atender passivos contingentes e, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 16 Na programação orçamentária o detalhamento da despesa será feito por unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto/atividade com os respectivos elementos de despesa.

Art. 17 A discriminação da receita no orçamento será feita por categorias econômicas, subcategorias, fontes, subfontes, rubricas e subrubricas, de forma a demonstrar a sua caracterização constante na legislação.

Art. 18 O Município não poderá programar no orçamento nem despender no exercício de 2008, despesas com pessoal e encargos, inclusive serviços em substituição de servidores do município que ultrapassem os percentuais da sua receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – até 6 % (seis) por cento para Câmara de Vereadores;

II – até 54 % (cinquenta e quatro) por cento para o Poder Executivo.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* do art. 19 e seus dispositivos, fica o Poder Executivo autorizado a promover alterações e adequações na sua estrutura administrativa que visem eliminar os percentuais excedentes, sem prejuízos da aplicação do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 19 Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, serão fixados no orçamento municipal – em separado, indicando em cada projeto e/ou atividade o título “à conta FUNDEB”, para atender o disposto na legislação específica.

Art. 20 É defeso à inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações a títulos de:

I – subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de natureza continuada que prestem serviços essenciais e de assistência social, médica e educacional;

II – doações financeiras para cobrir necessidades de pessoas físicas, salvo para pessoas justificadamente pobres da forma da lei.

§ 1º Os recursos destinados para subvenções sociais deverão ser autorizados mediante lei específica.

§ 2º O limite da dotação orçamentária para doações financeiras a pessoas físicas não poderá ultrapassar a 2 % (dois) por cento das receitas correntes efetivamente arrecadadas, excluindo-se as receitas de convênios e vinculadas a fundos.

---





**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Vieirópolis

---

Art. 21 Na fixação das despesas com recursos de convênios para investimentos, constará da meta e a indicação da sua fonte.

Art. 22 É vedado ao Município incluir na lei orçamentária anual, transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes federados, salvo em situações que demonstrem o interesse público, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000.

Art. 23 Constará do orçamento municipal autorização para abertura de créditos suplementares até o limite de 50 % (cinquenta) por cento, bem assim, para operação de crédito por antecipação de receita orçamentária até o limite de 15% (quinze) por cento da receita prevista, nos termos do art. 7º, da Lei nº. 4.320/64.

Art. 24 A abertura de créditos suplementares e especiais, dependerá da existência de recursos disponíveis, não podendo ser utilizada anulação de dotação orçamentária comprometida.

Art. 25 Quando a abertura de créditos suplementares e especiais ocorrer para atender dotações vinculadas a despesas de convênios e fundos especiais, será utilizado os recursos oriundos das suas respectivas fontes, conforme dispõe o art. 72 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 26 Caso a Câmara de Vereadores não devolva o orçamento do município para sanção no prazo legal, o Poder Executivo poderá executar a sua programação em até o limite de dois doze avos do total de cada dotação.

Art. 27 Após a promulgação do orçamento o Poder Executivo com base nos limites nele fixados, aprovará uma programação de cotas orçamentárias ou trimestrais, para cada unidade orçamentária, com a finalidade de manter o equilíbrio entre receita arrecadada e despesa realizada.

Art. 28 Quando da previsão da receita, para a distribuição das cotas bimestrais, forem inferiores a prevista, são limitadas às despesas distribuídas nas cotas do bimestre seguinte.

Art. 29 Na execução do orçamento o Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas corretivas necessárias para manutenção do controle e do equilíbrio fiscal, observando com prioridade:

- I – as despesas decorrentes de normas legais e contratos administrativos;
  - II – as despesas de manutenção e conservação dos serviços públicos;
  - III – os compromissos advindos de convênios e outros semelhantes;
  - IV – os investimentos.
-



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Veirópolis

---

Art. 30 Bimestralmente, o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria, elaborará o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal e o demonstrativo a que se refere o art. 52 c/c art. 63, da Lei Complementar nº. 100, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 31 Trimestralmente, a Contadoria avaliará a situação das aplicações obrigatórias no ensino, saúde, pessoal e encargos, a movimentação dos recursos do FUNDEB, e das alterações orçamentárias.

Seção III  
Das Diretrizes Gerais para Elaboração,  
Execução e Cumprimento das Metas do Orçamento Municipal

Art. 32 O projeto de lei orçamentária, relativo ao exercício de 2008, como instrumento de transparência da gestão fiscal, deverá assegurar o controle social na sua execução mediante o incentivo a participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão (§ único, art. 48, da LC 101, de 2000).

Art. 33 Se verificando, ao final de um bimestre, que a regularização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os critérios:

- I – redução de empenhos relativos a horas extras;
- II – redução de empenhos relativos a serviços de terceiros;
- III – redução de empenhos com obras, exceto as decorrentes de convênios;
- IV – redução de despesas de consumo.
- V – as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários;
- VI – as condições e exigências para transferências de recursos a instituições públicas e privadas;
- VII – a forma de utilização e montante da reserva de contingência.

§ 1º O montante da despesa a ser empenhada em 2008 não ultrapassará a realização da receita orçamentária no mesmo período.

§ 2º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no

---



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Vieirópolis

---

Anexo de Metas Fiscais, o Executivo promoverá, através de ato próprio, no montante necessário, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenhos e movimentação financeira, segundo critérios estabelecidos nos parágrafos seguintes.

§ 3º A limitação dos empenhos de que trata o parágrafo anterior será feita de forma proporcional sobre todos os itens.

§ 4º O Prefeito baixará ato determinando índice de redução de empenhos sobre os itens definidos no inciso IV do caput deste artigo, além de determinar, dentro de cada item, os subitens que serão reduzidos.

§ 5º Reconhecido o déficit, todos os empenhos ficam suspensos até que o ato seja baixado.

§ 6º Não serão objeto de limitação de empenhos as obrigações constitucionais e legais e as relativas ao pagamento da dívida fundada interna.

**CAPÍTULO IV**  
**DA POLÍTICA DE PESSOAL**

Art. 34 Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Administração e Planejamento, autorizado a realizar o seguinte:

I – criar ou reestruturar o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores municipais, observando as condições estabelecidas nesta lei e as restrições do art. 71, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

II – programa de treinamento e qualificação do servidor público municipal;

III – implantação de um programa de assistência social destinada aos servidores ativos e inativos da Prefeitura Municipal, extensivo aos seus familiares.

**CAPÍTULO V**  
**DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

Art. 35 Poderá o Poder Executivo Municipal realizar no exercício financeiro de 2008:

I – atualização e adequação do Código Tributário do Município a nova sistemática tributária nacional;

II – melhoramento do serviço de arrecadação dos tributos municipais com adoção de medidas capazes de motivar o contribuinte ao pagamento e evitar a evasão de receitas.

---



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Veirópolis

---

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 36 A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, somente será admitida se:

I – respeitados os limites de que trata o art.18 desta lei;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrente.

Art. 37 Não será permitido o empenhamento de despesas a posterior, toda despesa devesa ser empenhada, previamente, e constar nos registros de controle, nos balancetes mensais, relatórios e demonstrativos periódicos.

Art. 38 É da responsabilidade da Contadoria e Unidade de Finanças da Prefeitura a coordenação e elaboração dos instrumentos de que trata esta lei.

Art. 39 São partes integrantes desta Lei, anexos de Metas e Riscos Fiscais, conforme dispõe o art. 63 da Lei Complementar nº. 101, de 2000 (LRF).

Art. 40 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Veirópolis, em Veirópolis, PB, 12 de junho de 2007; 13º da Emancipação e 119º da República.

  
**MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
Prefeito



**ESTADO DA PARAÍBA**  
Prefeitura do Município de Veirópolis

ANEXO INTEGRANTE DA LEI Nº. 198, DE 12 DE JUNHO DE 2007  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
DESPESAS DE CAPITAL

DESPESAS DE CAPITAL		LDO – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008		
		Código	Valor	% sobre o total da despesa
I	Despesas de capital	4.0.00.00.00	1.408.607,00	26,14
II	Investimentos	4.4.00.00.00	1.284.002,00	23,83
III	Aplicações diretas	4.4.90.00.00	1.284.002,00	23,83
IV	Obras e instalações	4.4.90.51.00	945.917,00	17,55
V	Equipamentos e material permanente	4.4.90.52.00	338.085,00	6,27
VI	Amortizações da dívida	4.6.00.00.00	124.605,00	2,31
VII	Aplicações diretas	4.6.90.00.00	124.605,00	2,31
VIII	Principal da dívida contratada resgatada	4.6.90.71.00	111.285,00	2,07
IX	Despesas de exercícios anteriores	4.6.90.92.00	12.780,00	0,24

Gabinete do Prefeito do Município de Veirópolis, em Veirópolis, PB, 12 de junho de 2007; 13º da Emancipação e 119º da República.

  
**MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2008**

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso I

R\$

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2006	% PIB	II - Metas realizadas em 2006	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor	%
Receita Total	5.044.325,00	-	4.561.926,65	-	-482.398,35	90,44
Receitas Não-Financeiras ( I )	5.036.325,00	-	4.554.683,37	-	-481.641,63	90,44
Despesa Total	5.044.325,00	-	4.561.926,65	-	-482.398,35	90,44
Despesa Não-Financeiras (II)	5.019.325,00	-	4.378.552,40	-	-640.772,60	87,23
Resultado Primário (I - II)	17.000,00	-	176.130,97	-	159.130,97	1.036,06
Resultado Nominal	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00

FONTE: Balanço Financeiro

  
**MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
 PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**2008**

Art. 4º, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	Valor	DESCRIÇÃO	Valor
Aumento salarial dos servidores	10.119,23	Contenção de despesas para atender estas obrigações	10.119,23
TOTAL	10.119,23	TOTAL	10.119,23

  
**MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENUNCIA DE RECEITA**  
**2008**

Art. 4º, § 2º, inciso V da Lei Complementar Federal nº 101/2000

SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	TRIBUTOS/CONTRIBUIÇÃO	2008	2009	2010	
		0	0	0	
		0	0	0	
		0	0	0	
		0	0	0	
		0	0	0	
		0	0	0	
		0	0	0	
		0	0	0	
<b>TOTAL</b>		0	0	0	

FUNTE:

  
**MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2008**

LRF, Art. 4º, § 2º, Incisio III

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	1.690.121,87	152,58	1.341.700,17	100,00	1.107.670,51	65,54
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.690.121,87</b>	<b>152,58</b>	<b>1.341.700,17</b>	<b>100,00</b>	<b>1.107.670,51</b>	<b>65,54</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Balanço Patrimonial

  
**MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
 PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**MARGEM DA EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**2008**

Art. 4º, § 2º, inciso V da Lei Complementar Federal nº 101/2000

EVENTO	Valor Previsto - 2008
Aumento Permanente da Receita	0,00
( - ) Aumento referente a Transferências Constitucionais	0,00
( - ) Aumento referente a Transferências do FUNDEF	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita ( I )	0,00
Redução Permanente da Despesa ( II )	0,00
Margem Bruta ( III ) = ( I + II )	0,00
Saldo Utilizado ( IV )	0,00
Impacto de Novas DOCC	
Margem Líquida de Expansão de DOCC ( III - IV )	0,00
FONTE:	

  
**MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2008**

LRF, Art. 4º, § 1º

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2008			2009			2010		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	5.389.149,00	5.038.854,32	-	5.739.444,00	5.017.565,43	-	6.112.508,00	4.996.366,33	-
Receitas Não-Financeiras ( I )	5.380.161,00	5.030.450,54	-	5.729.871,00	5.009.196,47	-	6.102.313,00	4.988.032,93	-
Despesa Total	5.389.149,00	5.038.854,32	-	5.739.444,00	5.017.565,43	-	6.112.508,00	4.996.366,33	-
Despesa Não-Financeiras (II)	5.361.059,00	5.012.590,17	-	5.709.528,00	4.991.412,12	-	6.080.647,00	4.970.323,14	-
Resultado Primário (I - II)	19.102,00	17.860,37	-	20.343,00	17.784,36	-	21.666,00	17.709,80	-
Resultado Nominal	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Dívida Publica Consolidada	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-

FONTE: Balaço Financeiro / PPA

  
**MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRÓPOLIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2008**

LRF, Art. 4º, § 2º, Incísio II

R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Receita Total	4.028.215,48	4.561.926,65	13,25	5.863.830,00	28,54	5.389.149,00	-8,10	5.739.444,00	6,50	6.112.508,00	6,50
Receitas Não-Financeiras ( I )	4.018.275,53	4.554.683,37	13,35	5.853.830,00	28,52	5.380.161,00	-8,09	5.729.871,00	6,50	6.102.313,00	6,50
Despesa Total	4.028.215,48	4.561.926,65	13,25	5.863.830,00	28,54	5.389.149,00	-8,10	5.739.444,00	6,50	6.112.508,00	6,50
Despesa Não-Financeiras (II)	3.981.425,43	4.378.552,40	9,97	5.743.830,00	31,18	5.361.059,00	-6,66	5.709.528,00	6,50	6.080.647,00	6,50
Resultado Primário (I - II)	36.850,10	176.130,97	377,97	110.000,00	-37,55	19.102,00	-82,63	20.343,00	6,50	21.666,00	6,50
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2005	%	2006	%	2007	%	2008	2009	%	2010	%
Receita Total	4.504.753,37	11,86	4.835.642,25	4,20	5.863.830,00	-14,07	5.038.854,32	5.017.565,43	0,42	4.996.366,33	0,85
Receitas Não-Financeiras ( I )	4.493.637,53	11,95	4.827.964,37	4,19	5.853.830,00	-14,07	5.030.450,54	5.009.196,47	0,42	4.988.032,93	0,85
Despesa Total	4.504.753,37	11,86	4.835.642,25	4,20	5.863.830,00	-14,07	5.038.854,32	5.017.565,43	0,42	4.996.366,33	0,85
Despesa Não-Financeiras (II)	4.452.428,06	12,58	4.641.265,54	8,00	5.743.830,00	-12,73	5.012.590,17	4.991.412,12	0,42	4.970.323,14	0,85
Resultado Primário (I - II)	41.209,47	-56,66	186.698,83	-90,43	110.000,00	-83,76	17.860,37	17.784,36	0,43	17.709,80	0,85
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Balanço Financeiro / PPA

  
**MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
 PREFEITO MUNICIPAL